

A Guerra do Paraguai e a atividade bancária no Rio de Janeiro no período 1865-1870: o caso Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro¹⁴⁰

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães
Departamento de História da Universidade Federal Fluminense

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atividade bancária do Rio de Janeiro no período da Guerra do Paraguai, através das estratégias desenvolvidas pelo Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro.

A Guerra do Paraguai acentuou o período de crise na Praça do Comércio do Rio de Janeiro, motivada pela política econômica conservadora implementada pelo governo imperial desde a Lei dos Entraves de 1860, e que culminou com a quebra da Casa Bancária Souto & Cia, em setembro de 1864. O esforço de Guerra demandou despesas cada vez maiores, que fez com que o governo abandonasse sua ortodoxia através do aumento das emissões via Tesouro Nacional, que substituiu o Banco do Brasil como agente emissor de notas em 1866, a depreciação do câmbio e os empréstimos externos e internos, esse último com o aumento das emissões de títulos do governo.

Diante desse quadro, o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, um banco comercial de depósitos e descontos, implementou uma política conservadora de acordo com a conjuntura. Isso significou que o banco diminuiu seus empréstimos, seja o desconto de letras, seja o de conta corrente, e aumentou a compra de títulos, principalmente de títulos do governo. Tal estratégia demonstrou uma percepção crítica do banco frente à conjuntura difícil que passava a economia brasileira da época, principalmente a mais importante região comercial brasileira do período: a Praça do Comércio do Rio de Janeiro.

O texto foi dividido em duas partes mais a conclusão. A primeira parte analisamos a conjuntura econômica e política do Império, particularmente no Rio de Janeiro, no período da Crise de 1864 e a Guerra do Paraguai. A segunda parte, com base na documentação primária composta pelos Relatórios e balanços do banco, mesmo com toda veracidade da mesma¹⁴¹, analisamos a atuação do banco nessa conjuntura e a mudança na organização, da diretoria, do bando em 1869.

¹⁴⁰ Este trabalho contou com a participação dos alunos Deidson Carline e João Monteiro Pessoa, bolsistas do Programa PIBIC/CNPq, na coleta dos dados. Uma primeira versão foi apresentada no V Congresso Brasileiro de História Econômica.

¹⁴¹ A respeito da metodologia acerca das análises dos balanços e Relatórios conferir GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá*,

1. A crise de 1864 e a Guerra do Paraguai: uma conjuntura difícil

A crise comercial e bancária de 1864, conhecida como a **Crise do Souto**, nome esse relacionado com a bancarrota da Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia, constituiu-se no ápice de uma situação de crise, que vivia a Praça Comercial do Rio de Janeiro desde 1860. Como é de conhecimento da historiografia econômica brasileira, tal crise estava relacionada com a política de contração monetária e creditícia efetuada pelo governo imperial desde a promulgação da Lei n.º 1.083, de 22/08/1860, conhecida como a **Lei dos Entraves**.¹⁴²

Diante dessa situação financeira difícil, não foi de estranhar que a Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro, que se transformou na Associação Comercial do Rio de Janeiro em 1867, poderosa corporação que defendia os interesses da fração da classe dominante imperial ligada ao grande comércio, ou seja, aos grandes negociantes nacionais e estrangeiros do comércio bancário, do comércio importador e exportador e abastecimento, sediados no Rio de Janeiro¹⁴³, organizou uma comissão encabeçada pelo próprio presidente da Sociedade, o negociante e banqueiro José Joaquim de Lima e Silva, Visconde, depois Conde de Tocantins, e irmão do Duque de Caxias, que lançou um apelo em 12 de setembro de 1864 ao Imperador, para que o governo imperial tomasse providências:

“Senhor: A comissão da Praça do Comércio vem respeitosamente trazer ao conhecimento do governo de Vossa Majestade Imperial o estado calamitoso em que se acha esta praça, em consequência da catástrofe comercial ocorrida no dia 10 corrente (setembro), pela suspensão que fez dos seus pagamentos a casa bancária de Antonio José Alves Souto & Cia.

O pânico que sobre o público produziu este acontecimento não se pode bem descrever mas pode ser avaliado por todos quantos conhecem a importância desta casa, a

MacGregor & Cia., 1854/1866. São Paulo, 1997, 320 p. Tese (Doutorado em História Econômica). Universidade de São Paulo.

¹⁴² A respeito da crise do Souto verificar os seguintes trabalhos: SOARES, Sebastião Ferreira. **Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864.** Rio de Janeiro: Ed. Laemmert, 1864; ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. **Souto & Cia.** In: LEVY, Maria Barbara (coord.). **Anais da 1ª Conferência Internacional de História de Empresas.** Rio de Janeiro: Div. Gráfica da UFRJ, 1991; GUIMARÃES, op.cit., cap. 4; PELAEZ, Carlos M. e SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil.** 2ª ed. Brasília: Ed. UNB, 1981. pp. 104-115; VILLELA, André Arruda. **The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil, 1850/1870.** London, 1999, 328 p. Thesis (Doctorate in Economic History). London School of Economics and Political Science. (chapter 4).

¹⁴³ A respeito da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro conferir os trabalhos de: RIDINGS, Eugene. **Business interest groups in nineteenth century Brazil.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994; MATHIAS, Herculano Gomes. **Comércio, 173 anos de desenvolvimento: história da Associação Comercial do Rio de Janeiro, (1820-1993).** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993; PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. **Os Simples Comissários: Negócios e Política no Brasil Império.** Niterói, 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense.

grande quantidade de depósitos que tem em si e o entrelaçamentoem que se acha com todos os bancos e principais casas de comércio desta praça.

O susto e a desconfiança tornaram-se gerais e o resultado foi correrem os portadores de títulos, não só desta casa como de outras, a exigirem das mesmas o embolso imediato deles.

(...) Não são, porém, somente estes os males que acarretou a referida catástrofe. Teve ela como imediato resultado paralisar o crédito, suscitar uma desconfiança geral, e fazer pairar sobre todas as casas comerciais, que em grande número se acham ligadas com a mencionada casa bancária, uma ameaça de se verem arrastadas na mesma catástrofe. Quem pode prever até onde chegarão as conseqüências deste acontecimento?

(...) A comissão desta praça, confiada no zelo que Vossa Majestade Imperial sempre se mostra possuído pelo bem do país e no interesse que lhe merece tudo quanto diz respeito à prosperidade e grandeza do Império aguarda tranqüila as medidas que prover ao Governo Imperial tomar para salvar esta praça da formidável crise por que está passando”¹⁴⁴.

A preocupação da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro com a repercussão da crise de 1864 pode ser traduzida por alguns números, que demonstram a gravidade dessa crise. No período de setembro de 1864 a março de 1865, ocorreram 95 falências, “com um passivo total de 115 mil contos superior portanto ao meio circulante de todo o país, que era de pouco mais de 100 mil contos”¹⁴⁵. No tocante ao sistema bancário, e de acordo com a Tabela 1, os bancos “nacionais”, com sede no Rio de Janeiro, como a Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia¹⁴⁶ e o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e, mais ainda as casas bancárias, como a própria Souto & Cia, a Montenegro, Lima & Cia, a Gomes & Filhos e outras, tiveram que recorrer ao redesconto e a caução do Banco do Brasil no mês de setembro, para dar conta da corrida sobre os seus depósitos. Com relação aos bancos estrangeiros, nessa época restritos aos bancos ingleses, como o London and Brazilian Bank e o Brazilian and Portuguese Bank, ambos recorreram também ao Banco do Brasil, porém com quantias bem menores se comparadas com as dos bancos e casas bancárias “nacionais”¹⁴⁷.

¹⁴⁴ BRASIL. Ministério da Justiça. *Comissão de Inquérito sobre as causas da crise na praça do Rio de Janeiro. Relatório da comissão encarregada pelo governo imperial por avisos do 1º de outubro a 28 de dezembro de 1864 de preceder a um inquerito sobre as causas principaes e accidentaes da crise do mês de setembro de 1864*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1865. Documentos anexos ao Relatório da comissão de Inquerito (...), serie A, p.4. (a grafia é da época)

¹⁴⁵ NOGUEIRA, Dênio. *Raízes de uma nação. Um Ensaio de História Sócio-Econômica comparada*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988. p. 377.

¹⁴⁶ A respeito da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. conferir GUIMARÃES, op. cit., pp. 208-215.

¹⁴⁷ Com relação ao banco inglês London and Brazilian Bank verificar os trabalhos de: JOSLIN, David. *A century bank in Latin America*. Oxford: Oxford Um .Press, 1963. GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil, 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

Tabela 1: Quadro demonstrativo das quantias fornecidas pelo Banco do Brasil entre 10 e 30 de setembro de 1864

Instituições	Descontos	Cauções
Banco Rural & Hipotecário	1.240:000\$000	4.630:000\$000
Banco Mauá, MacGregor & Cia	5.246:440\$136	-
London & Brazilian Bank	382:766\$240	500:000\$000
Brazilian and Portuguese Bank	-	1.013:300\$000
Gomes & Filhos	3.222:239\$512	1.934:000\$000
Bahia, Irmãos & Cia	8.207:831\$061	1.804:600\$000
Montenegro, Lima & Cia	2.108:507\$274	1.088:000\$000
Oliveira & Bello	22:250\$000	-
D'Illion & Marques Braga	682:349\$604	-
Portinho & Moniz	850:895\$569	63:000\$000
Silva Pinto, Melo & Cia	337:458\$220	-
João Baptista Vianna Drummond	254:233\$971	-
Manoel Gomes de Carvalho	183:343\$282	-
Lallemant & Cia	347:884\$570	-

Fonte: Brasil. Ministério da Justiça. *Comissão de Inquérito sobre as causas da crise na praça do Rio de*

Janeiro de 1864, op. cit., p. 204

A eclosão da Guerra do Paraguai¹⁴⁸, segundo a historiografia brasileira, trouxe inúmeros problemas de ordem política e social para o Império¹⁴⁹, a ponto de Joaquim Nabuco afirmar que foi um divisor de águas. Para ele a guerra marcou

*“o apogeu do Império, mas também procedem dela as causas principais da decadência e da queda da dinastia: o aspecto e o desenvolvimento do Prata, com fascinação que ele exerce, o ascendente pelos nomes chamados legendários, pelas reivindicações da classe, tendo à frente os homens que se deram a conhecer ao exército e se ligaram entre si pela camaradagem da campanha; o americanismo; a própria emancipação dos escravos que por diversos modos se prende à guerra (...); a propaganda republicana (...).”*¹⁵⁰

¹⁴⁸ Com uma duração de quase seis anos, estendendo-se de 11 de novembro de 1864, com a tomada do vapor Marquês de Olinda pelos paraguaios, até 1 de março de 1870, com a morte de Solano López, a Guerra do Paraguai foi o conflito de maior duração no continente americano.

¹⁴⁹ A respeito da Guerra do Paraguai verificar os trabalhos de: COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/Ed. da UNICAMP, 1996; MARQUES, Maria Eduarda C. Magalhães (org.). *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995; SALES, Ricardo. *A guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹⁵⁰ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império_ Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: Garnier, 1897/98, 3 vols. pp. 189-190

No plano econômico, face à necessidade de preservar a moeda metálica para fazer frente aos inúmeros gastos com as importações, já que o ouro era a única moeda aceita numa conjuntura de crise, a solução encontrada pelo governo imperial foi a aprovação do projeto do Visconde de Itaboraí, Lei n.º 1.349, de 12 de setembro de 1866.¹⁵¹ Tal projeto, que além transferir o poder emissor do Banco do Brasil para o Tesouro Nacional, estabeleceu uma nova carteira hipotecária e restringiu o direito de nomeação do presidente e vice-presidente do banco pelo governo, significou para John Schulz uma maior independência do Banco do Brasil com relação ao intervencionismo do governo e, com isso, permitiu sua reorganização¹⁵². Para Dênio Nogueira, o projeto possibilitou ao governo uma folga no seu caixa, na medida que “a transferência do poder emissor para o Tesouro Nacional eliminaria ainda o custo desnecessário dos juros que o governo tinha de pagar ao Banco do Brasil para financiar seu elevado déficit fiscal”.¹⁵³ Outros historiadores, como Maria Barbara Levy, destacam que o projeto significou por um lado o abandono da política contencionista e das pretensões da conversibilidade preconizadas pelo padrão-ouro; por outro lado, significou que o governo se tornou “no principal agente do crédito interno, através do mecanismo inflação e compra; ao mesmo tempo em que aumentava os impostos, recolhia ouro através de recursos sistemáticos do lançamento de títulos públicos”.¹⁵⁴

A Guerra do Paraguai, que segundo cálculos de Pelaez e Suzigan, chegou ao montante de 614 mil contos de réis¹⁵⁵, e “gerou um déficit 387.393 contos, ou seja, 6,5% do total da receita”¹⁵⁶, teve como principais fontes de financiamento os empréstimos externo e interno e a cobrança de impostos, conforme constam nas Tabelas 2 e 3. No tocante aos empréstimos tivemos um “empréstimo externo, realizado em 1865, no valor de £ 6.693.000, ao tipo 74, que propiciou o líquido de £ 5.000.000 (cerca de 49 mil contos), com juros de 5% e 30 anos de prazo; empréstimo interno de 27 mil contos, além da emissão de letras do Tesouro (a 6% ao ano), no valor de 171 mil contos

¹⁵¹ A respeito dos embates dentro do governo sobre a política a ser adotada conferir PELAEZ e SUZIGAN, op. cit., pp. 104-106

¹⁵² Para Schulz, a maior independência do Banco do Brasil pode ser comprovada com a liquidação das filiais do banco, com exceção da de São Paulo, e a diminuição da emissão dos bilhetes do banco. Conferir SHULZ, John. *A crise financeira da Abolição (1875-1901)*. São Paulo: EDUSP/Instituto Fernand Braudel, 1996. p. 44.

¹⁵³ NOGUEIRA, op. cit., p. 378.

¹⁵⁴ LEVY, Maria Barbara. *A Indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas (esboços de história empresarial)*. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura/EDUFRJ, 1995. P. 95

¹⁵⁵ PELAEZ e SUZIGAN, op. cit., p. 114

¹⁵⁶ BUESCU, Mircea. *História Administrativa do Brasil. Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império*. Coordenação de Vicente Tapajós. Brasília: FUNCEP, 1984, p. 93.

no decorrer da guerra; e o restante, cerca de 120 mil contos, em emissões de papel-moeda”.¹⁵⁷

Com relação aos impostos, além da cobrança em ouro de 15% dos impostos de exportação e importação, a partir de 1867, houve um aumento das contribuições provinciais. Segundo Dênio Nogueira, “essa última fonte de receita foi a que acusou maior crescimento, passando de 15% para 25% da receita total arrecada entre 1864 e 1869”.¹⁵⁸

Tabela 2: Financiamento da Guerra do Paraguai (valores de 1822, em milhares de contos)

Ano	Direitos Aduaneiros	Imposto de Exportação	Contribuição Provincial	Outros Tributos	Receita Total
1864/65	5,9	1,7	1,6	0,4	9,6
1865/66	4,7	1,6	1,3	0,4	8,0
1866/67	4,7	1,4	1,5	0,2	7,8
1867/68*	4,1	1,8	2,0	0,1	8,0
1868/69	4,4	1,9	1,9	0,5	8,7
1869/70	5,3	1,8	2,3	0,1	9,5

Obs.: * A partir de 1867, 15% dos impostos de exportação e importação passaram a ser cobrados em ouro, isto é, à taxa de câmbio do mercado

Fonte: NOGUEIRA, op. cit., p.379

¹⁵⁷ NOGUEIRA, op. cit., p. 378

¹⁵⁸ Idem, p. 380

Tabela 3: Política Fiscal, Monetária e Cambial

Ano	N.º Índice (1822=100)		Taxa de Câmbio (mil réis por libra)	Política Fiscal (mil contos)							
	Meio Circulante	Preços		Receita					Despesa		
				Total	Da qual			Total	Militar	Serviço da Dívida	Saldo (+ ou -)
					Direitos Alfandegários	Imposto de Exportação	Contribuição Provincial				
1864/65	1.204	580,4	8,97	55,7	34,5	9,7	9,3	83,3	40,6	5,1	-27,6
1865/66	1.392	703,4	9,60	56,1	33,4	11	9,3	121,9	80,3	8,9	-65,8
1866/67	1.479	800,7	9,90	62,4	37,6	10,8	11,7	120,9	72,1	10,4	-58,5
1867/68	1.627	873,6	10,70	69,7	35,9	15,4	17,1	166	98,8	11,2	-96,3
1868/69	1982	1.035	14,11	83,5	45,3	18,6	19,4	150,9	81,3	14,8	-67,4
1869/70	2.371	988,3	12,76	92,9	52,4	17,8	22,3	141,6	76,8	13,1	-48,5

Obs: 1) desde 1828, o ano fiscal iniciou em julho; 2) em 1846, com a Reforma Monetária, o governo depreciou a paridade oficial para 27 d/mil réis ou 8\$889/Libra; 3) desde 1833, 50% dos direitos aduaneiros passaram a ser arrecadados em ouro, ou seja, à taxa de câmbio vigente no mercado; 4) desde 1837, a totalidade dos direitos aduaneiros passou a ser arrecadada em ouro, assim como o imposto de exportação; 5) desde 1853, o imposto de exportação foi reduzido a 5% ad valorem

Fontes: NOGUEIRA, op. cit., pp. 332 e 375

A questão do endividamento do Estado Imperial com Guerra do Paraguai, especialmente no tocante à dívida pública, constituiu-se num marco na economia brasileira. Segundo Wilma Peres Costa,

*“até meados do século, ela se destinava principalmente à cobertura dos déficits relacionados à construção do Estado Nacional: despesas originadas da Guerra de Independência e da negociação com Portugal, conflitos internos e repressão das rebeliões provinciais, além dos conflitos externos na região platina. Na Segunda metade do século aparecem despesas de um novo tipo: as melhorias públicas, em particular as estradas de ferro. Com efeito, esse foi, entre 1850-1870, um importante elemento no equacionamento das relações entre o centro político e as forças provinciais. (...). O período da Guerra do Paraguai aparece como um divisor de águas no endividamento público, determinando um crescimento notável tanto no estoque da dívida quanto no peso do seu serviço sobre as receitas do Estado”.*¹⁵⁹

O aumento da dívida pública e sua repercussão sobre a principal região econômica do Brasil na época, o Rio de Janeiro, promoveu uma controvérsia na historiografia econômica brasileira que envolveu o declínio do Rio de Janeiro e a ascensão de São Paulo. Rui Granziera defende a posição de que o entesouramento dos títulos públicos entre os fazendeiros e as camadas médias urbanas do Rio de Janeiro e a crise de crédito na região fizeram com que o papel-moeda emitido afluísse para uma nova região, que era o centro distribuidor das mercadorias para as tropas na guerra, como também, face à relação ferroviária e café, uma região economicamente dinâmica: Campinas e arredores (Oeste Novo Paulista). Segundo Granziera, nessa região “o capital substituído pela estrada de ferro era passível de transformação em capital-dinheiro”¹⁶⁰, o que permitiu uma acumulação produtiva diferenciada no interior do **complexo cafeeiro** na região, diferenciando São Paulo do que ocorreu no Rio de Janeiro.¹⁶¹

Maria Barbara Levy discorda da posição de Granziera. Para ela, o Rio de Janeiro, como principal centro financeiro e comercial do país, sempre sofreu com a drenagem de dinheiro, bastando subir as taxas de desconto dos títulos, para que os juros se elevassem e os negócios parando por falta de dinheiro. Além disso,

“apenas 14 horas, por via férrea, separavam as duas cidades, e que o Rio de Janeiro mantinha com São Paulo ativo comércio de produtos de subsistência, além do que as exportações de ambas as províncias resumiam

¹⁵⁹ COSTA, Wilma Peres. A Questão Fiscal na Transformação Republicana-Continuidade e Descontinuidade. **Economia e Sociedade**, IE/UNICAMP, n.º 10, outubro de 1998, pp. 5-6

¹⁶⁰ GRANZIERA, Rui. Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil. : moeda e vida urbana na economia brasileira*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, p. 106

¹⁶¹ A respeito da relação do complexo cafeeiro e da industrialização em São Paulo conferir o trabalho de CANO, Wilson. *Raízes da Industrialização em São Paulo*. 2ª ed.. São Paulo: T. A. Queiroz Ed., 1983

*ao mesmo produto: o café. Portanto, não era tão pequeno o contato entre elas, a ponto de constituírem ilhas econômicas. Ao contrário, São Paulo permaneceria na órbita do circuito monetário regional do Rio de Janeiro”.*¹⁶²

2. O Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro (BRHRJ) e sua atuação na conjuntura 1865/1870.

No trabalho anterior, analisando a atuação do Banco Rural e Hipotecário do rio de Janeiro no período 1854/1864, destacamos que o banco foi um típico banco comercial da época, ou seja, um banco de depósitos e descontos.¹⁶³ No tocante aos depósitos, o BRHRJ pagava juros sobre o depósito à vista ou a prazo, e descontava letras, principalmente com penhor mercantil. Quanto aos descontos, o banco privilegiou o desconto de letras com penhor, embora descontasse letras hipotecadas, porém com um volume bem menor do que a com penhor.¹⁶⁴ Essa atividade bancária desenvolvida pelo BRHRJ foi criticada na época por importantes figuras do Império como Sebastião Ferreira Soares e, também, por um dos maiores fazendeiros fluminenses da região do Médio do Rio Paraíba do Sul fluminense, Luís Peixoto de Lacerda Werneck, o Barão do Pati do Alferes.¹⁶⁵

No início da década de 1860, em virtude da Lei dos Entraves, o BRHRJ teve uma diminuição dos empréstimos e depósitos. Entretanto, a partir de 1862, e de acordo com o Gráfico 1 (Anexos), os empréstimos e os depósitos voltaram a crescer. Com toda restrição da Lei de 1860, a questão que surge é a seguinte: quem contraiu os empréstimos do BRHRJ? A resposta vem com a análise da Lista dos Acionistas do BRHRJ de 1861 e do Relatório da Diretoria do banco de 1865: **os capitalistas, os**

¹⁶² LEVY, op. cit., pp. 92-93. Em trabalho recente, Maria Luiza Ferreira de Oliveira destacou o impacto da crise de 1875 na Praça do Rio de Janeiro, que culminou com a “quebra” do Banco Mauá & Cia, e sua repercussão sobre o crédito na cidade de São Paulo. OLIVEIRA, Maria Luíza Ferreira. *Entre a casa e o armazém. Relações sociais e experiência da urbanização São Paulo, 1850-1900*. São Paulo: ed. Alameda, 2005, p. 153.

¹⁶³ A partir deste ponto, ao mencionarmos o Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro, usaremos a abreviação BRHRJ.

¹⁶⁴ GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX. Os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia, do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola. Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e da 4ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Curitiba: ABPHE/UFPR, 1999.

¹⁶⁵ WERNECK, Luís Peixoto de Lacerda. *Estudo sobre o crédito rural e hyphotecario*. Rio de Janeiro: L. B. Garnier, 1857.

comissários e as casas bancárias.¹⁶⁶ Para se ter uma idéia, apresentamos alguns dados interessantes, com base no cruzamento da Lista com o Almanach Laemmert de 1861:

1. Dos 435 acionistas em 1861, 8,04% estavam ligados as essas atividades;
2. Das 40.000 ações, 15,23% estavam nas mãos desses negociantes;
3. Desses acionistas, 31,42% eram matriculados;
4. Desses negociantes matriculados, 63, 63% eram comissários.¹⁶⁷

Embora a Diretoria creditou à crise do banco “*a boa fé surpreendida de uns, e a ambição inqualificavel de outros* (a grafia é da época)”, a mesma reconhece que exacerbação da crise tem que ser creditada a prática bancária efetuada pelo banco. Os empréstimos, através dos descontos de Letras e em conta corrente, eram direcionados principalmente para esses **acionistas/clientes**. O reconhecimento dessa prática bancária, embora relevado para segundo plano pela diretoria do banco, vem de encontro com as observações de David Joslin acerca da atuação dos bancos brasileiros e, principalmente, ingleses como o London and Brazilian Bank no período¹⁶⁸. Tal visão é corroborada por John Schulz, quando afirma:

“A estrutura das finanças brasileiras tendeu a exacerbar essas crises. Tanto os bancos sociedades anônimas quanto as casas bancárias tinham comerciantes e agentes de fazendeiros, o comissários, como seus principais clientes. Esses dois tipos de mutuários inclinaram-se à não liquidez, na medida que se viram forçados a conceder crédito a longo prazo para os fazendeiros. Práticas bancárias prudentes como as conhecidas na Inglaterra ensinaram que se deve emprestar a prazo de até 90 dias sobre saques aceitos. Esses saques eram de responsabilidade tanto do comprador quanto do devedor de um produto como café ou tecido. Quando eles financiavam mercadorias não-vendidas, os bancos não emprestavam mais do que dois terços do valor dos produtos em garantia, também para períodos não superiores a noventa dias.(...) Os bancos ingleses, quando estabeleceram operações no Brasil em 1863, descobriram que não poderiam seguir no Rio de Janeiro a prática de Londres. Viram-se renovando indefinidamente créditos que raramente poderiam ser quitados. Muitos empréstimos, embora feitos para comerciantes, dependiam, no final das contas, dos fazendeiros. Os bancos tinham dificuldades em vender ou mesmo apropriar-se dos bens dos agricultores (...).

Quanto a seus passivos, os bancos ingleses descobriram que no Brasil os banqueiros pagavam juros até mesmo para depósitos à vista. Na Inglaterra, os depósitos à vista não recebiam juros como compensação para que o banqueiro os guardasse e pagasse os cheques emitidos. Com pouco capital os banqueiros brasileiros concordavam em pagar juros, freqüentemente de até 4% ao ano, sobre o dinheiro à vista. Os bancos

¹⁶⁶ Alguns negociantes eram comissários e ensacadores ao mesmo tempo. Capitalistas, no Almanach Laemmert, tem o sentido de usurário e rentista, principalmente de prédios urbanos.

¹⁶⁷ Esse trabalho contou com a ajuda do bolsista Deidson M. Carline.

BRHRJ. *Relatório apresentado pela diretoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 15 de Julho de 1861*. Rio de Janeiro, Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1861.

BRHRJ. *Relatório apresentado pela diretoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 15 de Julho de 1865*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1865. Pp. 5-13

¹⁶⁸ JOSLIN, David. *A Century of Banking in Latin America*. London: Oxford University Press, 1963.

*brasileiros também pagavam juros maiores que os pagos pelos bancos pelos bancos ingleses sobre seus depósitos a prazo. (...)*¹⁶⁹

A crise do Souto repercutiu fortemente sobre o BRHRJ. Consoante com a Tabela 5 (Anexos), o banco teve que recorrer ao Banco do Brasil para fazer frente à corrida sobre seus depósitos. A respeito dessa situação do BRHRJ, analisando o Relatório da Diretoria de 1865, percebemos que as dificuldades do banco estavam relacionadas com as relações comerciais com as casas bancárias. Essas, ao serem liquidadas, deixaram de honrar seus compromissos, e o BRHRJ, sendo um dos maiores credores, não teve outra saída a não ser de recorrer ao redesconto e a caução do Banco do Brasil. O montante total requerido pelo BRHRJ ao Banco do Brasil chegou a quantia de 13.226 contos de réis, ou seja, além dos 5.870 contos de réis de setembro de 1864, o banco tomou emprestada a quantia de 7.356 contos de réis.¹⁷⁰

Outro fato que chamou atenção foi o Banco do Brasil ter se tornado no maior acionista em 1866, segundo em 1865 e terceiro em 1869 e 1870. Além do Banco do Brasil, outros bancos estavam entre os dez maiores acionistas do BRHRJ. O Banco Comercial do Rio de Janeiro, organizado em 1865, constituiu-se no segundo maior acionista em 1870 e, dois bancos ingleses viraram grandes acionistas: Brazilian and Portugues Bank, sétimo em 1866, e o Union Bank of London, um importante banco na City. o maior acionista em 1865, e quarto em 1866. A respeito desse último banco inglês, James Gilbert destaca que começou a funcionar em 4/02/1838, em Moorgate Street, nº 8, com um capital de L 5.000.000 (cinco milhões de libras).¹⁷¹ Além dos bancos, negociantes portugueses de grosso (importação e exportação) e capitalistas (Proprietários de Prédios) encontravam-se como grandes acionistas, como foram os casos de Antonio Joaquim Dias Braga, que também era Diretor, e Manoel Joaquim da Rocha. Dois negociantes portugueses tinham títulos da nobreza portuguesa, Antonio José Leite Guimarães/Barão da Glória e Sebastião Pinto Leite/Visconde de Gandarinha. Outros como José Antonio de Oliveira Bastos e Victor Resse eram Consignatário e Casa

¹⁶⁹ SCHULZ, op. cit., pp. 34-35

¹⁷⁰ BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 15 de Julho de 1865*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1865. p.8

¹⁷¹ Segundo James Gilbert, a maioria dos fundadores era de origem escocesa. GILBERT, James W. *Tratado Practico dos Bancos*. 3 tomos. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. garnier Ed., 1859. A respeito de James Gilbert, conferir GUIMARÃES, op. cit.

de Comissão de Gêneros de importação e exportação (comissário) e Negociante de ouro, prata e pedras preciosas (ourives) respectivamente. _Tabela 4.¹⁷²

¹⁷² Almanach 1865, 1866.

Tabela 4: Lista dos dez (10) maiores acionistas do BRHRJ 1865/1870*

1865		1866		1869		1870	
Nome	N.º de Ações	Nome	N.º de Ações	Nome	N.º de Ações	Nome	N.º de Ações
Union Bank of London	3660	Banco do Brasil	3527	Rodrigues filho & Lengruber	1060	Manoel Joaquim da Rocha	1000
Banco do Brasil	1387	Manoel Joaquim da Rocha	986	Manoel Joaquim da Rocha	1000	Banco Comercial do Rio de Janeiro	970
Candida de Paiva Oliveira	900	Candida de Paiva Oliveira	900	Banco do Brasil	996	Banco do Brasil	540
Claudio José da Silva	720	Union Bank of London	760	Candida de Paiva Oliveira	900	Antonio Gomes Guerra de Aguiar	532
Antonio Gomes Guerra de Aguiar (Dr.)	532	Claudio José da Silva	720	José Gonçalves de Carvalho	590	Visconde de Gandarinha	506
Antonio José Leite Guimarães/Barão da Glória (Portugal)	500	Antonio Gomes Guerra de Aguiar	532	Antonio Gomes Guerra de Aguiar	532	Claudio José da Silva	500
Antonio Joaquim Dias Braga	450	Brazilian and Portugues Bank	511	Sebastião Pinto Leite/Visconde de Gandarinha (Portugal)	506	Antonio Joaquim Dias Braga	450
Victor Resse	440	Barão da Glória	500	Claudio José da Silva	500	Victor Resse	40
Manoel de Mattos Vieira	400	Amaro da silva Guimarães	484	Antonio Joaquim Dias Braga	450	José Antonio de Lemos	400
José A de Oliveira Bastos	400	Victor Resse	440	José Antonio de Lemos	415	Manoel de Mattos Vieira	400

Obs: As listas dos acionistas de 1867 e 1868 não foram encontradas.

Fonte: BRHRJ. Relatórios .

A eclosão da Guerra da Paraguai e a política monetária implementada pelo governo imperial fizeram com que o BRHRJ atuasse de forma ainda mais conservadora. Analisando os balanços do banco de 1865 até 1870, Anexo 1, percebemos que a atividade bancária desenvolvida pelo BRHRJ estava de acordo com a política governamental adotada. No tocante ao ativo, na conta **Empréstimos**, houve uma diminuição significativa das letras descontadas com penhor, de mais de 55% no período 1865-1870. Com relação às letras caucionadas e hipotecadas, as primeiras tiveram um aumento significativo de 198% de 1865 até 1867, caindo depois até 1870, uma baixa de 71%; as letras hipotecadas, mesmo com a nova Lei de Hipotecas de 1864, que dava novas garantias para os credores¹⁷³, tiveram uma queda de 25% entre 1865 e 1867, e um aumento de 4% de 1868 até 1870. O comportamento dos descontos das letras está no gráfico 2. Quanto aos empréstimos em conta corrente, houve uma queda de 10% no período de 1865 a 1867, um aumento significativo em 1868 de 145% e, novamente, uma queda de 30% até 1870.

A análise da política dos empréstimos do BRHRJ ficou mais clara com a leitura dos Relatórios da Diretoria. No Relatório de 1868¹⁷⁴, embora não ficou explícito o por que do banco em não aumentar os empréstimos à propriedade rural, privilegiando principalmente a propriedade urbana, a falta de garantias, mesmo com a nova Lei de Hipotecas, e a alta taxa de desconto envolvendo as hipotecas dificultavam o acesso ao desconto de tais letras. Enquanto nessas, o desconto girava entre 10 a 12% ao ano, nas demais letras, os descontos giravam em torno de 7 a 10% para as letras com penhor, e 8 a 10% para as letras caucionadas¹⁷⁵. No tocante ao aumento do empréstimo em conta corrente, embora não conste no referido relatório, trabalhamos com a hipótese de que esteja relacionado às necessidades de crédito por parte dos acionistas-correntistas, na

¹⁷³ BN. **Collecção das Leis do Império do Brasil de 1864. Tomo XXIV. Parte I.** Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1864, pp. 69-86. A respeito da Lei para o crédito hipotecário conferir LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História Político-Administrativa da Agricultura Brasileira, 1808/1889*. Brasília: Ministério da Agricultura, s.d. pp. 126-127; PELAEZ E SUZIGAN, op. cit.; CALÓGERAS, João Pandiá. **Política Monetária do Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1960; MARCONDES, Renato Leite. **O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-1887)**. *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, 56 (1): 147-170, jan-mar, 2002; PIÑEIRO, Theo L. **Política e Crédito Agrícola no Brasil do século XIX. América Latina em la Historia Económica**, nº 6, Julio-diciembre de 1996, 41-53.

¹⁷⁴ BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 29 de Julho de 1868*. Rio de Janeiro, Typographia do Apostolo, 1868. p. 5

¹⁷⁵ Segindo Theo L Piñeiro, mesmo com a lei de 1866, o Banco do Brasil só regulamentou sua Carteira de Hipotecas em 1867, e nos quatro primeiros anos da carteira, os empréstimos com hipotecas só representou 2% do total. PIÑEIRO, op. cit, p. 47.

sua maioria negociantes (importação e exportação e comissário) e capitalistas, que deviam aos bancos e outros estabelecimentos.¹⁷⁶

Ainda com relação ao ativo, chamou atenção a conta **Títulos**, Gráfico 4. Após uma aumento acentuado de 1865 a 1866, a conta **apólices da dívida pública** manteve o mesmo valor em 1867 e 1868, desaparecendo em 1869 e 1870. No tocante às **letras do tesouro nacional**, essas cresceram em mais de 600% entre 1868-1870. O crescimento desse título, assim como o da dívida pública em 1871¹⁷⁷, que não consta no balanço do banco, face à nossa delimitação de 1865-1870, demonstrou que o BRHRJ agiu de acordo com a política do governo de emissão de títulos. Será necessário pesquisar os demais bancos, entretanto, acreditamos que os maiores detentores dos títulos públicos foram as instituições bancárias, e não os fazendeiros como destacou Rui Granziera.

Com relação ao passivo do BRHRJ, na conta capital continuou o montante de 8.000:000\$000, mesmo com os novos estatutos aprovados pelo governo em 1868, que permitira elevar o capital para 16.000:000\$000. Ocorreu um aumento dos depósitos, que em 1869 ultrapassou os empréstimos, conforme o Gráfico 3, e destacaram-se nos depósitos as contas letras a pagar (dinheiro tomado a prêmio), em que o banco remunerava de 5 ½% a 6% ao ano, e a conta corrente, que também eram remuneradas, só com taxas menores de 3 a 6%. Outra conta do passivo que chamou atenção foi o aumento do fundo de reserva em 1869, e da criação de um novo fundo de reserva no mesmo ano com os novos estatutos. Foi interessante observar que o BRHRJ, ao criar esse novo fundo de reserva, suspendeu a conta Lucros Suspensos, que era uma conta onde os lucros eram reservados para fazer frente aos prejuízos, como ocorreu pós-1864.

Ainda no passivo, as emissões foram extintas em 1867, e os juros a receber por contratos celebrados aumentaram em 80% no período de 1868 e 1870 e os dividendos dos acionistas aumentaram, passando de 280: 000\$000 (8\$000 por ação) no período de 1865 e 1866, para 320:000\$000 no período 1867 e 1870.

A conjuntura econômica e política da guerra também repercutiram na organização do BRHRJ.¹⁷⁸ Em 1868, o governo imperial, através do decreto nº 4210, de

¹⁷⁶ Esses valores foram retirados do Relatório de 1869, já que não constavam nos relatórios anteriores. BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 21 de Julho de 1869*. Rio de Janeiro, **Typographia Perseverança**, 1869. p. 19, 21, 25 e 27.

¹⁷⁷ No ano de 1871, o BRHRJ tinha 12.125:582\$000 de apólices da dívida pública. Esse montante demonstra a estratégia desenvolvida pelo banco face à Guerra do Paraguai.

¹⁷⁸ A ação do poder moderador do imperador D. Pedro II, que substituiu do ministro da Fazenda liberal-progressista Zacarias de Góes e Vasconcelos pelo conservador Joaquim José Rodrigues Torres (o

13/06/1868, aprovou as mudanças nos estatutos do banco encaminhadas pela Diretoria. Quadro 1. Além das mudanças na composição da direção do banco, desaparecendo os cargos de presidente e secretário da direção, e diminuindo o número de diretores, que caiu de cinco para três, o banco foi “convertido” para **banco de crédito real**, face à regulamentação das operações com hipotecas conforme a Lei de 24/09/1864. Mesmo com essa “elevação”, como vimos anteriormente, os empréstimos com hipotecas continuaram a serem preteridos pelos outros tipos de empréstimos.

Visconde de Itaboraí), provocou um racha na coalizão política de estabilidade no interior da classe senhorial dominante. Sobre a análise política da crise de 1868 conferir CARVALHO, José Murilo de. O Conselho de Estado; a cabeça do Governo. In: Idem. *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Relume Dumará, 1996, p.p. 341-342.

Quadro 1: Direção do BRHRJ (1865-1870)

Cargo/Endereço Comercial/Títulos	1865	1866	1867	1868	1869	1870
Presidente	Guilherme Pinto de Magalhães/ Rua da Direita, 127/ Official da Ordem Imperial do Cruzeiro; Cavalleiro da Ordem de N. S. Jesus Christo	Joaquim Manuel Monteiro/Rua de São Bento, 14/ Visconde da Estrella (Portugal); Commendador da Ordem de N. S. Jesus Christo; Commendador da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa*; Commendador de A Muito Nobre e Antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito	Joaquim Manuel Monteiro/Rua de São Bento, 14/ Visconde da Estrella (Portugal); Commendador da Ordem de N. S. Jesus Christo; Commendador da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa*; Commendador de A Muito Nobre e Antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito	Joaquim Manuel Monteiro/Rua de São Bento, 14/ Visconde da Estrella (Portugal); Commendador da Ordem de N. S. Jesus Christo; Commendador da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa*; Commendador de A Muito Nobre e Antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito		
Secretário da Direção/	Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo/ Rua do Eng.- Velho, 19/ Commendador da Ordem de N.S Jesus Christo; Dignatario da Ordem da Rosa	Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo/ Rua do Eng.- Velho, 19/ Commendador da Ordem de N.S Jesus Christo; Dignatario da Ordem da Rosa	Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo/ Rua do Eng.- Velho, 19/ Commendador da Ordem de N.S Jesus Christo; Dignatario da Ordem da Rosa	Dr. Roberto Jorge Haddock Lobo/ Rua do Eng.- Velho, 19/ Commendador da Ordem de N.S Jesus Christo; Dignatario da Ordem da Rosa		
Diretor	Antonio de Araújo Braga; r. do Hospício,	Antonio Joaq ^m Dias Braga. r. da Princeza,	Antonio Joaq ^m Dias Braga. r. da Princeza,	Antonio Joaq ^m Dias Braga. r. da Princeza,	Joaquim Manuel Monteiro/Rua de São	Joaquim Manuel Monteiro/Rua de São

	<p>esq. Do campo d'Acclamação; Commendador da Ordem de N.S Jesus Christo</p>	<p>102 A (Cajueiros.); Commendador da Real Ordem de N.S Jesus Christo*; Commendador da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa*; Cavalleiro de A Muito Nobre e Antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito</p>	<p>102 A (Cajueiros.); Commendador da Real Ordem de N.S Jesus Christo*; Commendador da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa*; Cavalleiro de A Muito Nobre e Antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito</p>	<p>102 A (Cajueiros.); Commendador da Real Ordem de N.S Jesus Christo*; Commendador da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa*; Cavalleiro de A Muito Nobre e Antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito</p>	<p>Bento, 14/ Visconde da Estrella (Portugal); Commendador da Ordem de N. S. Jesus Christo; Commendador da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa*; Commendador de A Muito Nobre e Antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito</p>	<p>Bento, 14/ Conde da Estrella (Portugal); Commendador da Ordem de N. S. Jesus Christo; Commendador da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa*; Commendador de A Muito Nobre e Antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito; Dignitário da Ordem da Rosa; Cavalleiro da Real Ordem de N. S. Jesus Christo</p>
--	--	---	---	---	--	---

Diretor	Antonio Joaq ^m Dias Braga/ Rua da Princeza, 102 A (Cajueiros)/ Commendador da Real Ordem de N.S Jesus Christo*; Commendador da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa*; Cavalleiro de A Muito Nobre e Antiga Ordem da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito*	João Gavinho Vianna/ Rua do Ingá (S. Domingos).	João Gavinho Vianna/ Rua do Ingá (S. Domingos)	João Gavinho Vianna/ Rua do Ingá (S. Domingos)	Antonio Gonçalves Guimarães/ Rua do Sabão, 26/ Commendador da Real Ordem de N.S Jesus Christo.	José Antonio de Lemos/ Rua da Quitanda, 66/ Commendador da Real Ordem de N.S Jesus Christo (Portugal)
Diretor	Antonio da Silva Monteiro/ Rua das Violas, 34	José Peixoto de Faria Azevedo. R. da Babylonia (Andarahy). Commendador da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa	José Peixoto de Faria Azevedo. R. da Babylonia (Andarahy). Commendador da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa	José Peixoto de Faria Azevedo. R. da Babylonia (Andarahy). Commendador da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa	Cláudio José da Silva/ Ruar. Direita, 66.	Cláudio José da Silva/ Ruar. Direita, 66
Diretor	José Peixoto de Faria Azevedo/ R. da Babylonia	Antonio Gonçalves Guimarães/ Rua do Sabão, 26	Antonio Gonçalves Guimarães/ Rua do Sabão, 26	Antonio Gonçalves Guimarães/ Rua do Sabão, 26		
Diretor	-	Cláudio José da Silva/ Rua dos Pescadores, 47	Cláudio José da Silva/ Rua dos Pescadores, 47	Cláudio José da Silva/ Rua dos Pescadores, 47		
Secretário	João José de Souza Silva Rio/ Rua do Lavradio,39/Cavalleiro da Ordem de N.S. Jesus Christo; Official da Ordem da Rosa	José Joaquim de França/ Rio-Comprido, 48 F/ Cavalleiro da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa	José Joaquim de França/ Rio-Comprido, 48 F/ Cavalleiro da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa	José Joaquim de França/ Rio-Comprido, 48 F/ Cavalleiro da Ordem de N. Sra. da Conceição de Villa Viçosa	José Justiniano Rodrigues/ Rua das Lorangeiras, 103	Manoel da Silva Mello Guimarães/ Rua d'Alfandega, 61

Contador	José Joaquim de França. Rio-Comprido, 48 F. Cavalleiro da Ordem de N. Sra. Da Conceição de Villa Viçosa*					
Guarda- Livros	Hilário Mariano da Silva Junior/ Rua. dos Barbonos,35	Hilário Mariano da Silva Junior/ Rua. dos Barbonos,35	Hilário Mariano da Silva Junior/ Rua. dos Barbonos,35	Hilário Mariano da Silva Junior/ Rua. dos Barbonos,35		Hilário Mariano da Silva Junior/ Rua. dos Barbonos,35
Thesoureiro	Henrique José de Araújo Junior/ Rua do Hospício, esq ^a do Campo	Henrique José de Araújo Junior/ Rua do Hospício, esq ^a do Campo	Henrique José de Araújo Junior/ Rua do Hospício, esq ^a do Campo	Henrique José de Araújo Junior/ Rua do Hospício, esq ^a do Campo	Henrique José de Araújo Junior/ Rua do Hospício, esq ^a do Campo	Henrique José de Araújo Junior/ Rua do Hospício, esq ^a do Campo

Fonte: Almanak Laemmert de 1865, pág.423;

Almanak Laemmert, de 1866, pág. 407;

Almanak Laemmert 1867, pág. 407;

Almanak Laemmert de 1868, pág. 421;

Almanak Laemmert de 1869, pág. 440;

Almanak Laemmert de 1870, pág. 431.

3. Considerações Finais

A conjuntura econômica e política do Império, particularmente na Praça do Comércio do Rio de Janeiro, associada à Guerra do Paraguai repercutiram sobre o BRHRJ. Analisando a documentação primária, os balanços e relatórios de 1865 e 1870, percebemos uma melhoria da situação do banco, proporcionada pelas estratégias da diretoria do banco, como também na presença do Banco do Brasil no quadro dos principais acionistas.

A política desenvolvida pelo BRHRJ estava intimamente ligada à política econômica do governo. Se essa, para cobrir as despesas com a guerra recorreu ao endividamento interno e externo, e que repercutiu nos anos posteriores, inclusive sendo responsável por uma nova crise na década de 1870, a crise de 1875, que levou o Banco Mauá & Cia. fechar as suas portas, o BRHRJ apropriou-se da situação. Diminui os empréstimos e aumentou sua carteira de títulos e dos depósitos. Tal política, que muitos possam achar conservadora, na realidade consistiu na política desenvolvida por um típico banco comercial, que era de privilegiar o comércio e o curto prazo.

Nesse contexto enquadra-se a questão da pouca relevância nos empréstimos com hipotecas, se comparado com os outros tipos de empréstimos. Mesmo com a Reforma das Hipotecas, o aumento dos empréstimos não significou mudanças com relação à política do banco.

Anexos:

Gráfico 1: Empréstimos e Depósitos do BRHRJ, 1854/1865

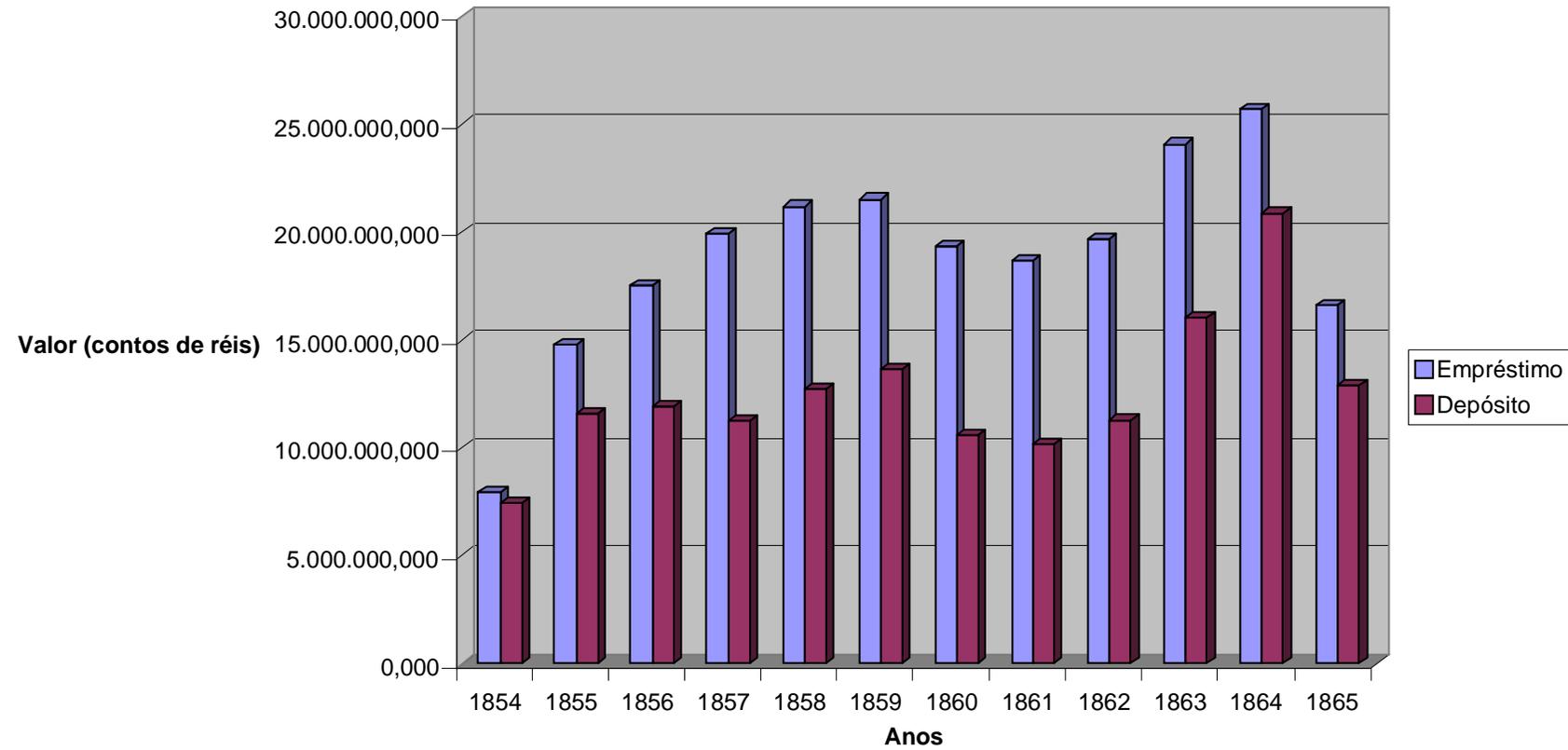


Gráfico 2: Desconto de Letras do BRHRJ (1865/1870)

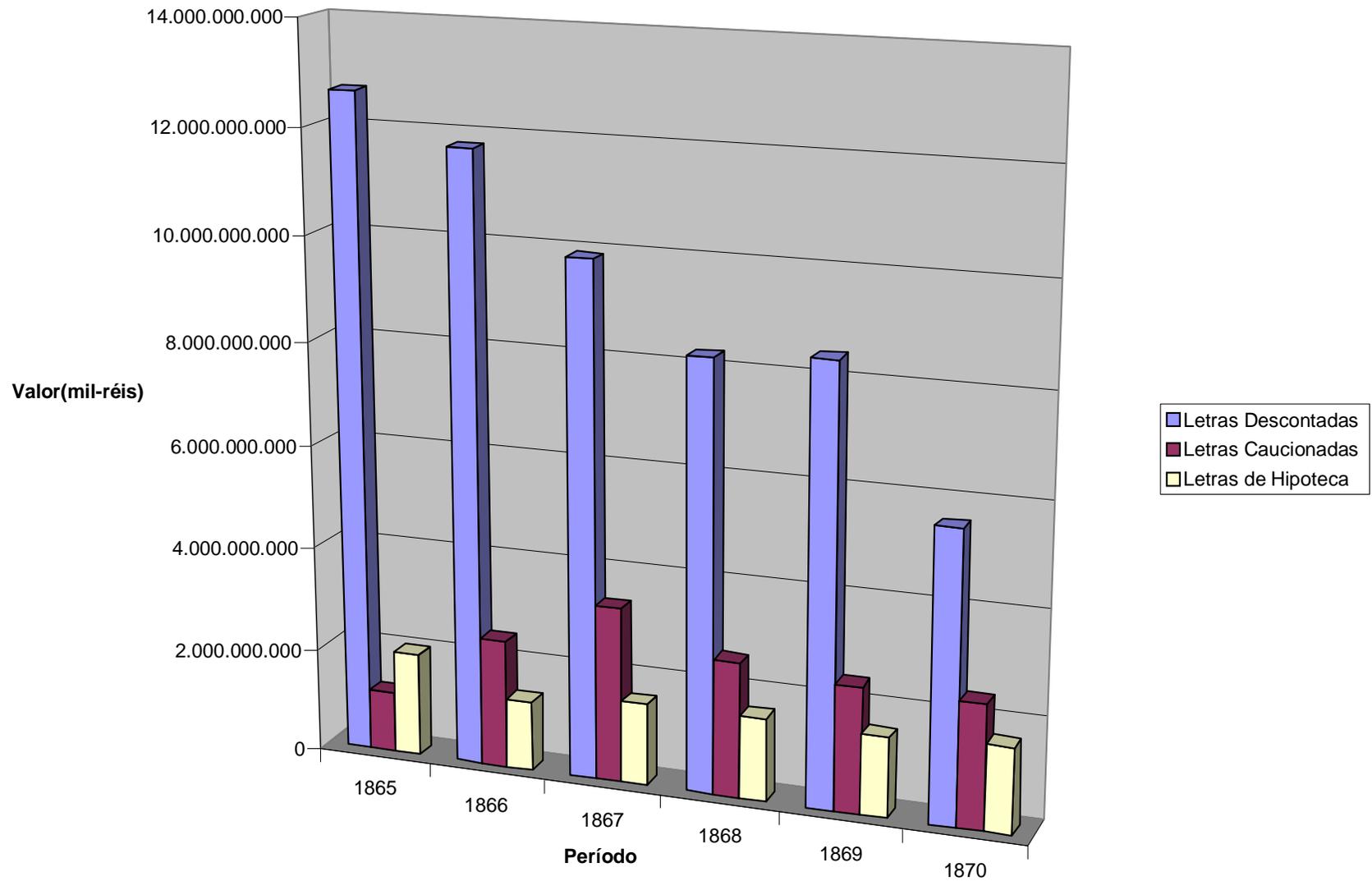


Gráfico 3: Empréstimos e Depósitos do BRHRJ, 1865/1870

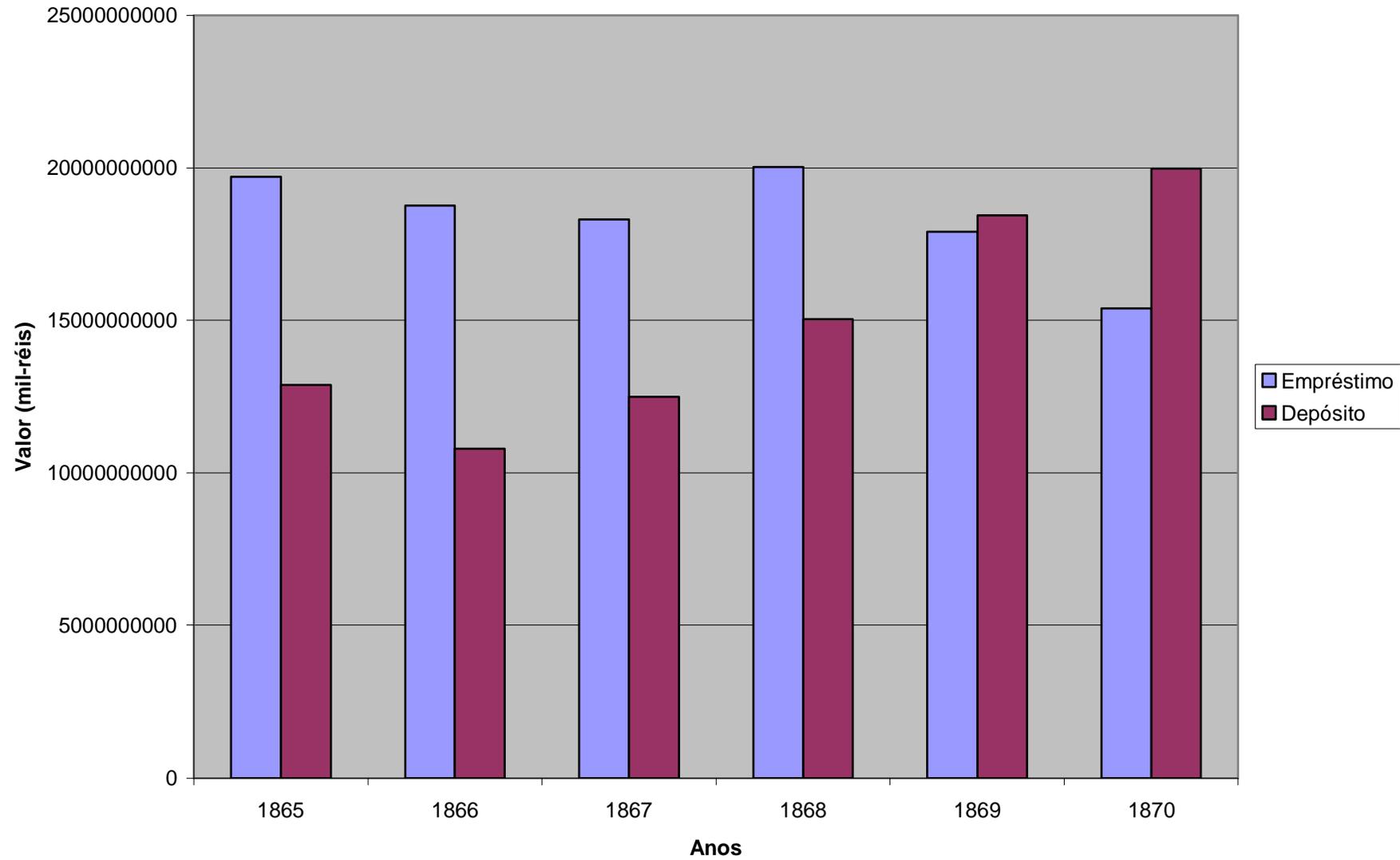


Gráfico 4: Títulos e Depósitos do BRHRJ, 1865/1870

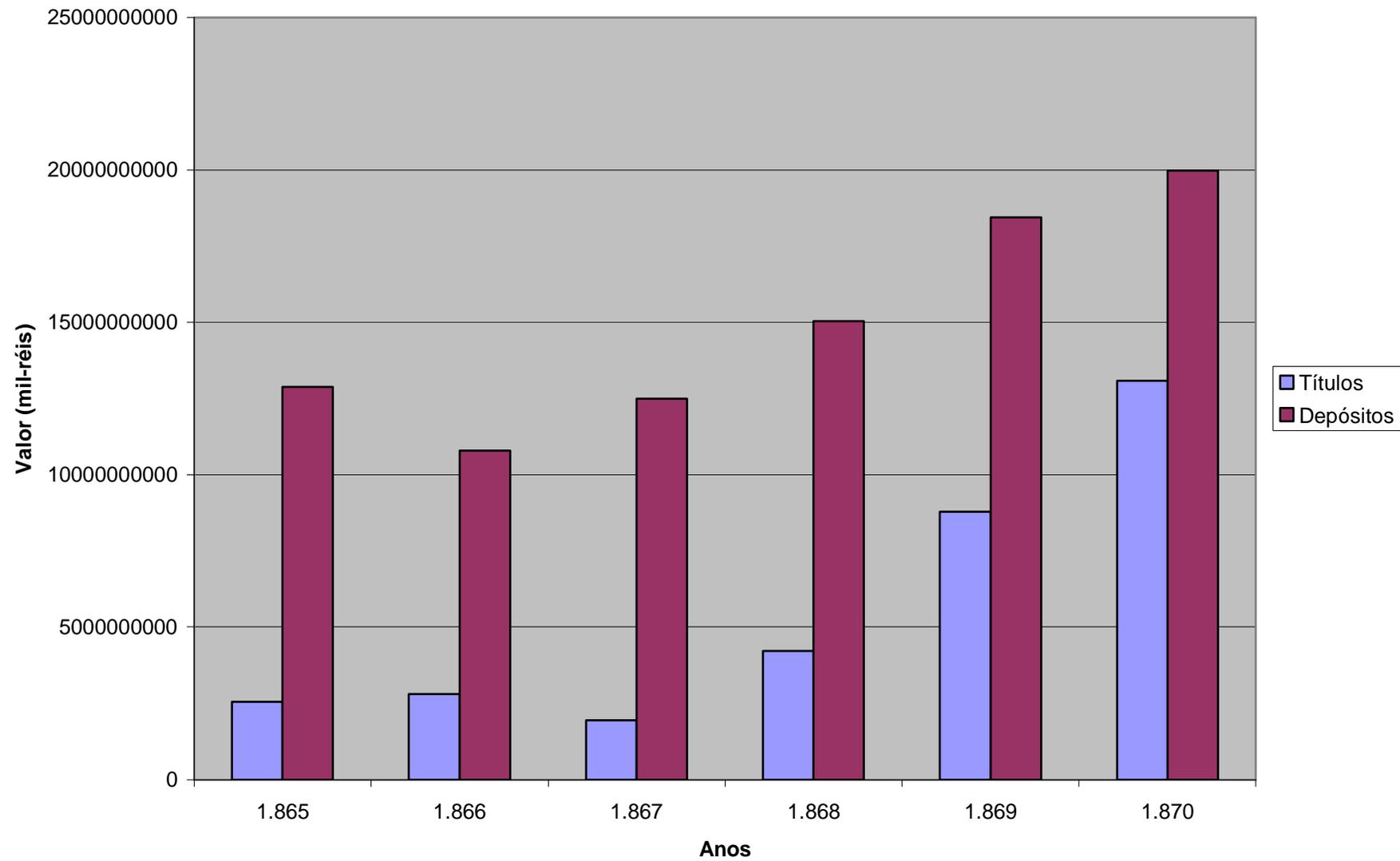


Tabela 5: Balanços do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro (1865-1870)

	Jun/1865	Jun/1866	Jun/1867	Jun/1868	Jun/1869	Jun/1870
Ativo						
1. Títulos:						
1.1 Apólice da dívida pública	600\$000	313:000\$000	26:700\$000	26:700\$000		-
1.2 Títulos em Liquidação	2539:103\$963	1973:867\$528	1854:915\$858	2235:188\$933	2210:643\$996	3066:991\$439
1.3 Títulos em garantia de operação de crédito		516:710\$000	56:350\$000	-		-
1.4 Ações da Cia. Brasileira de Paquete a vapor		-		137:400\$000		-
1.5 Letras do Tesouro Nacional		-		1825:600\$000	6573:460\$000	10016:724\$000
2. Empréstimo:						
2.1 Letras descontadas	12670:957\$583	11751:875\$516	9900:661\$380	8288:606\$192	8443:778\$686	5598:362\$305
2.2 Letras Caucionadas	1169:880\$000	2481:861\$000	3398:103\$400	2621:357\$326	2433:330\$000	2410:650\$000
2.3 Letras de Hipotecas	1996:462\$430	1343:032\$080	1585:672\$020	1605:993\$441	1546:591\$898	1657:906\$247
2.4 Letras a receber (por concordatas e outras)	812:231\$371	766:016\$567	618:773\$686	614:730\$092	390:994\$272	220:961\$845
2.5 Conta corrente (por empréstimo e adiantamentos feitos pelo banco com garantia)	3047:069\$697	2431:634\$094	2803:267\$767	6885:338\$906	5089:296\$795	5501:692\$932
3. Encaixe:						
3.1 Caixa Geral:	539:438\$474	960:397\$969	2130:996\$631	746:454\$501	1675:974\$848	1505:820\$115
3.1.1 em moeda de ouro de 22 q.	3:220\$210					
3.1.2 em moeda de cobre	18\$264	7\$969		-	-	-
3.1.3 em notas do Banco do Brasil	536:200\$000	960:390\$000		-	-	-
3.2 Caixa de depósitos	2:520\$000	120\$000	2:861\$120	-	-	-
4. Edifício do banco e benfeitoria	1888:484\$859	188:484\$859	194:017\$693	191:815\$693	188:215\$693	248:849\$093
5. Prédio do banco	109:315\$498	1:383\$250		-	-	-
6. Prédios adjudicados ao banco	90:302\$931	112:151\$191	89:527\$499	81:798\$469	78:145\$423	86:977\$450
7. Mobília	22:535\$500	22:535\$500	22:535\$500	21:902\$000	22:470\$330	22:470\$330
8. Juros a receber de conta própria	18\$000	9:390\$000	900\$000	14:640\$000	31:380\$000	435\$000
9. Juros (pertencem ao semestre Seguinte)	28:776\$451	21:830\$303	16:823\$830	-	-	-
Total	23217:696\$757	22924:289\$892	22702:116\$364	25297:525\$553	28684:281\$941	30337:840\$756

	Jun/1865	Jun/1866	Jun/1867	Jun/1868	Jun/1869	Jun/1870
Passivo						
1. Capital	8000:000\$000	8000:000\$000	8000:000\$000	8000:000\$000	8000:000\$000	8000:000\$000
2. Fundo de reserva	1000:000\$000	1000:000\$000	1000:000\$000	1000:000\$000	1317:410\$988	1478:072\$248
3 Novo fundo de reserva		-	-	-	74:819\$541	141:945\$781
4. Lucros suspensos*	606: 167\$399	394:242\$793	470:098\$294	516:374\$794	-	-
5. Depósitos:						
5.1 Letras a pagar (dinheiro tomado a prêmio)	2176:806\$964	172:874\$847	1929:660\$707	1786:806\$907	2373:952\$097	2560:950\$903
5.2 Conta corrente (saldo a favor de diversos)	10692:398\$003	10604:540\$163	10508:138\$625	13250:485\$347	16060:074\$570	17380:044\$698
5.3 Saques a pagar	5:130\$172	18:837\$711	55:580\$097	6:501\$615	12:989\$760	23:906\$455
5.4 Valores depositados	2:683\$000	283\$000	3:024\$120	3:024\$120	3:024\$120	13:314\$620
6. Emissão (valor em circulação)	10:800\$000	8:600\$000	8:100\$000	-	-	-
7. Selo	936\$500	1:075\$800	1:721\$800	1:626\$000	-	-
8. Juros a receber (por contratos celebrados)	113:663\$988	113:663\$998	113:663\$988	124:215\$578	189:840\$456	223:148\$721
9. Descontos (para o próximo semestre)		297:066\$213	247:984\$720	196:570\$276	192:513\$807	138:168\$391
10. Comissão da diretoria	17:203\$974	16:838\$252	23:301\$315	19:986\$168	26:303\$902	22:429\$898
11. Div. 8º, 10º, 11º, 13º, 19ª e 22º	8:736\$900					
12. Dividendo 23º	280:000\$000					
13. Div. 8º, 10º, 11º, 13º, 19º e 24º		7:115\$900	-	-	-	-
14. Dividendo de 8º a 26º			8:726\$400		-	-
15. Dividendo 25º (8\$ por ação)		280:000\$000	-	-	-	-
16. Dividendo 27º (8\$ por ação)		-	320:000\$000	-	-	-
17. Dividendo 10º a 28º		-	-	7:973\$400	-	-
18. Dividendo 10º a 30º		-	-	-	9:160\$800	
19. Dividendo 10º a 32		-	-	-	-	15:332\$300
20. Dividendo 29º (8\$ por ação)				320:000\$000		-
21. Dividendo 31º (8\$ por ação)					320:000\$000	
22. Dividendo 33º (8\$ por ação)				-	-	320:000\$000
23. Dividendos de cauções	9:916\$220	9:151\$220	9:391\$220	9:631\$220	11:881\$220	10:021\$220
24. Juros (para o próximo semestre)				48:622\$110	63:421\$213	5:910\$143
25. Lucros e perdas (próximo semestre)	-		2:625\$078	5:708\$000	8:889\$467	4:595\$378

	Jun/1865	Jun/1866	Jun/1867	Jun/1868	Jun/1869	Jun/1870
Total	23217:696\$757	22924:289\$892	22702:116\$364	25297:525\$553	28684:281\$220	30337:840\$756

Obs.: * Lucros reservados para fazer face aos prejuízos

Fonte: BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 15 de Julho de 1865*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1865.

BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 16 de Julho de 1866*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1866.

Commercio. Balanço do BRHRJ, 30/06/1867. *Jornal do Commercio*, 8/07/1867, p. 3.

BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 29 de Julho de 1868*. Rio de Janeiro, Typographia do Apostolo, 1868.

BRHRJ. *Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 21 de Julho de 1868*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1869.

BRHRJ. Relatório apresentado pela directoria do Banco Rural e Hypothecario do Rio de Janeiro em assembléa geral dos accionistas aos 18 de Julho de 1870. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 18

